



# DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios ou à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias da qual se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries . . . . .	Ano 240\$
A 1. <sup>a</sup> série . . . . .	90\$
A 2. <sup>a</sup> série . . . . .	80\$
A 3. <sup>a</sup> série . . . . .	80\$
Para o estrangeiro e colónias	acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 250 a linha, acrescido do respectivo imposto do sítio. Os anúncios a que se referem os §§ 1.<sup>º</sup> e 2.<sup>º</sup> do artigo 2.<sup>º</sup> do decreto n.<sup>º</sup> 10:122 de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

## Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

### AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «Diário do Governo» que não tragam apostila a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo sêlo branco.

### SUMÁRIO

#### Presidência do Conselho:

Rectificação ao decreto n.<sup>º</sup> 32:740, que dá nova redacção a várias disposições da Reforma Aduaneira, aprovada pelo decreto-lei n.<sup>º</sup> 31:665, e do regulamento das alfândegas, aprovado pelo decreto n.<sup>º</sup> 31:730.

Declaração de que deve ser considerado nulo e de nenhum efeito o despacho ministerial de 31 de Março último que fixa o custo do diploma de funções públicas dos corretores de fundos e mercadorias e agentes oficiais da propriedade industrial e dos seus propostos, inserto no *Diário do Governo* n.<sup>º</sup> 65, de 3 do corrente mês.

#### Ministério das Finanças:

Portaria n.<sup>º</sup> 10:373 — Fixa o custo do diploma de funções públicas dos corretores de fundos e mercadorias e agentes oficiais da propriedade industrial e dos seus propostos.

#### Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso — Torna público ter sido comunicada em 18 de Março de 1943 a notificação da adesão da República do Paraguai, em 17 do mesmo mês e ano, à Convenção Internacional do Opio, concluída na Haia em 23 de Janeiro de 1912.

#### Ministério da Economia:

Despacho — Designa as letras em que é estabelecido o regime de cortes nos livretes de consumo de gasolina.

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

#### Secretaria

Tenho sido publicado com inexactidão no *Diário do Governo* n.<sup>º</sup> 68, 1.<sup>a</sup> série, de 7 de Abril de 1943, pelo Ministério das Finanças. Direcção Geral das Alfândegas, o decreto n.<sup>º</sup> 32:740, que dá nova redacção a várias disposições da Reforma Aduaneira, aprovada pelo decreto-lei n.<sup>º</sup> 31:665, e do regulamento das alfândegas, apro-

vado pelo decreto n.<sup>º</sup> 31:730, determino que se faça a seguinte rectificação:

No artigo 1.<sup>º</sup>, onde se lê:

«Artigo 316.<sup>º</sup> . . . . .

b) ... a que se refere o n.<sup>º</sup> 2.<sup>º</sup> do artigo 214.<sup>º</sup> . . . . ., deve ler-se:

«Artigo 316.<sup>º</sup> . . . . .

b) ... a que se refere o n.<sup>º</sup> 2.<sup>º</sup> do artigo 314.<sup>º</sup> . . . . .

Em 17 de Abril de 1943. — *António de Oliveira Salazar.*

### Declaração

Declarar-se, para os fins convenientes, que deve ser considerado nulo e de nenhum efeito o despacho ministerial de 31 de Março último que fixa o custo do diploma de funções públicas dos corretores de fundos e mercadorias e agentes oficiais da propriedade industrial e dos seus propostos, publicado pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos no *Diário do Governo* n.<sup>º</sup> 65, 1.<sup>a</sup> série, de 3 do corrente, e quo é substituído pela portaria n.<sup>º</sup> 10:373, que se publica no mesmo número do *Diário do Governo* em que é inserta esta declaração.

Secretaria da Presidência do Conselho, 19 de Abril de 1943. — O Chefe da Secretaria, *Manuel José Francisco de Almeida Castelo Branco.*

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

#### Direcção Geral das Contribuições e Impostos

#### Portaria n.<sup>º</sup> 10:373

Para execução do disposto no § 1.<sup>º</sup> do artigo 3.<sup>º</sup> do decreto-lei n.<sup>º</sup> 29:440, de 11 de Fevereiro de 1939: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministério das Finanças, fixar em 100\$ o custo do diploma de funções públicas dos corretores de fundos e mercadorias e agentes oficiais da propriedade industrial e em 20\$ o dos seus propostos.

Ministério das Finanças, 20 de Abril de 1943. — Pelo Ministro das Finanças, *Luiz Supico Pinto*, Sub-Secretário do Estado das Finanças.

### MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

#### Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna

Por ordem superior se faz público que, segundo informa o Secretariado da Sociedade das Nações, foi-lhe

comunicada em 18 de Março de 1943 a notificação da adesão da República do Paraguai, em 17 do mesmo mês e ano, à Convenção Internacional do Ópio, concluída na Haia em 23 de Janeiro de 1912.

Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, 15 de Abril de 1943.—Pelo Director Geral, *Eduardo Vieira Leitão*.

ooooooooooooooooooooooooooooooo

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Instituto Português de Combustíveis

Serviço de Racionamento

Para os devidos efeitos se publica que, por despacho de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Economia de 19 do corrente, foi aprovado o seguinte regime de cortes nos livretes de consumo, a vigorar já na presente quinzena: desde A até Z, inclusive, para os motociclos e carros ligeiros particulares utilizários e não utilizários (grupos II, III, IX e

X), carros do corpo diplomático (grupos VIII, XIII, XVII e XXI) e motores marítimos a gasolina; desde B até Z, inclusive, para as drogarias; desde K até Z, inclusive, para os motociclos de aluguer e de carga particulares (grupos IV e VI), automóveis de passageiros de aluguer (grupo XI), motociclos e carros ligeiros particulares de passageiros com cartões especiais de abastecimento, motores industriais e indústrias diversas; desde U até Z, inclusive, para os automóveis de carga particulares e de aluguer, ligeiros e pesados (grupos XIV, XV, XVIII e XIV), e auto-carros de passageiros particulares e de aluguer (grupos XXII e XXIII).

As senhas dos livretes de consumo dos carros dos serviços oficiais (grupos I, V, VII, XII, XVI, XX, XXIV e XXV) passam a ter validade desde a letra A até Z, inclusive; o mesmo se aplica aos livretes passados em nome de organismos oficiais e administrativos e corporações de bombeiros, e ainda aos livretes para «arranque» dos motores marítimos e de veículos automóveis.

Instituto Português de Combustíveis, 19 de Abril de 1943.—O Presidente do Conselho de Racionamento, *Henrique Pessonneau*.